



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Fora com a dignidade

Acho ótimo que a Igreja Católica tenha escolhido a saúde pública como tema de sua campanha da fraternidade deste ano. Todas as burocracias – e o SUS não é uma exceção – têm a tendência de acomodar-se e, se não as sacudirmos de vez em quando, caem na abulia. É bom que a Igreja use seu poder de mobilização para cobrar melhorias.

Tenho dúvidas, porém, de que o foco das ações deva ser o combate ao que dom Odilo Scherer, numa entrevista, chamou de terceirização e comercialização da saúde. É verdade que colocar um preço em procedimentos médicos nem sempre leva ao melhor dos desfechos, mas é igualmente claro que consultas, cirurgias e drogas têm custos que precisam ser gerenciados. Ignorar as leis de mercado, como parece sugerir dom Odilo, provavelmente levaria o sistema ao colapso, prejudicando ainda mais os pobres.

Para o religioso, é “a dignidade do ser humano” que deve servir como critério moral na tomada de decisões relativas a vida e morte. O problema com a “dignidade” é que ela é subjetiva demais. A pluralidade de crenças e preferências do ser humano é tamanha que o termo pode significar qualquer coisa, desde noções banais, como não humilhar desnecessariamente o paciente (forçando-o, por exemplo, a usar aqueles horríveis aventais vazados atrás), até a adesão profunda a um dogma religioso (há confissões que não admitem transfusões de sangue).

Numa sociedade democrática não podemos simplesmente apanhar uma dessas concepções e elevá-la a valor universal. E, se é para operar com todas as noções possíveis, então já não estamos falando de dignidade, mas, sim, de respeito à autonomia do paciente, conceito que a substitui sem perdas.

(Hélio Schwartsman. **Folha de S. Paulo**, março/2012)

1. Ao mesmo tempo em que reconhece a importância de a Igreja Católica ter escolhido a saúde como tema da campanha da fraternidade, o autor **NÃO aprova** que o foco das ações deva ser, como propõe dom Odilo Scherer,
- (A) o apoio às iniciativas que valorizem sobretudo os serviços terceirizados no campo da saúde.
 - (B) a franca resistência às iniciativas comerciais que subordinam as questões da saúde às leis do mercado.
 - (C) a transferência de responsabilidades na área da saúde, de modo a privilegiar as empresas mais habilitadas.
 - (D) a estatização dos serviços essenciais, a fim de harmonizar o interesse público e as leis do livre mercado.
 - (E) a clara demarcação entre o que compete ao Estado e o que compete à iniciativa privada, na área da saúde.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O título do texto é inteiramente irônico, pois ao longo dele o autor valoriza, exatamente, o que costuma ser definido como “a dignidade do ser humano”.
- II. A despeito da pluralidade de crenças religiosas, o autor acredita que a base de todas elas está no que se pode definir como *respeito à autonomia do paciente*.
- III. O conceito de *dignidade* é questionado pelo autor, que não o acolhe como uma concepção bem determinada e de valor universal.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. A frase em que se afirma uma posição inteiramente **contrária** às convicções do autor do texto é:

- (A) Em virtude de se apoiar na subjetividade humana, o conceito de dignidade não se determina de modo claro e insofismável.
- (B) A variedade das reações e interdições que as crenças impõem a tratamentos de saúde indica a pluralidade dos valores subjetivos.
- (C) Os mais pobres seriam os mais prejudicados, caso se levasse a efeito alguma proposta baseada na posição de dom Odilo Scherer.
- (D) Ignorar todas as leis de mercado, na área da saúde, redundaria na impossibilidade de funcionamento do sistema.
- (E) Numa sociedade democrática, o gerenciamento de custos na área da saúde não pode levar em conta as leis do mercado.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *têm a tendência de acomodar-se* (1º parágrafo) = reiteram uma conciliação
- (B) *nem sempre leva ao melhor dos desfechos* (2º parágrafo) = amiúde vai ao encontro dos seus objetivos
- (C) *têm custos que precisam ser gerenciados* (2º parágrafo) = há os ônus que requerem ratificação
- (D) *adesão profunda a um dogma* (3º parágrafo) = plena aceitação de um rígido preceito
- (E) *elevá-la a valor universal* (4º parágrafo) = reconhecê-la como plenamente aceitável



5. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto.
- (A) Presume-se que o autor não defenda a ideia de que deva o Estado assumir inteira responsabilidade pela prestação de quaisquer serviços públicos de alto custo.
- (B) Não seria possível, para o autor, que os serviços mais onerosos aos cofres públicos compitam ao Estado resolver com seus próprios meios.
- (C) Uma vez que se atendam as leis do mercado, até mesmo o Estado poderia precaver as ações na área da saúde, sem desmerecer uma sociedade democrática.
- (D) Entre o que se prega nas religiões e o que implica as leis de mercado, as questões de saúde nada têm a haver com a suposta dignidade humana.
- (E) Apenas nas crenças que não operam restrições a medidas de saúde, leva-se em conta o valor universal da dignidade humana, para ser bem demonstrado.
-
6. O verbo indicado entre parênteses deve flexionar-se no **plural** para preencher corretamente a lacuna da seguinte frase:
- (A) Nenhuma das concepções de dignidade, postuladas por diferentes crenças, (**alcançar**) uma validade efetivamente universal.
- (B) Não se (**atribuir**) às burocracias, nesse texto, o mérito de tomar a iniciativa de atender aos interesses públicos.
- (C) A terceirização e a comercialização da saúde, para dom Odilo Scherer, (**constituir**) um profundo desrespeito aos mais pobres.
- (D) Raramente se (**dispensar**) aos mais pobres o mesmo cuidado médico das clínicas particulares.
- (E) Quantas vezes já se (**aplicar**) aos burocratas dos serviços essenciais alguma sanção por sua negligente abulia?
-
7. *É verdade que colocar um preço em procedimentos médicos nem sempre leva ao melhor dos desfechos.*
- O sentido essencial e a correção da frase acima mantêm-se na seguinte construção:
- (A) Nem sempre é certo que a melhor finalidade se alcança através de procedimentos médicos aos quais incorre um determinado preço.
- (B) Nada garante, de fato, que estipular um pagamento por procedimentos médicos implique a melhor solução de um caso.
- (C) Uma ótima conclusão não é simplesmente obtida em favor de se haver afixado um preço aos procedimentos médicos.
- (D) A despeito de se estipular um preço para procedimentos médicos, não é usual que cheguem a um termo satisfatório.
- (E) Pela razão de se taxar procedimentos médicos não redundam automaticamente no melhor dos benefícios.
-
8. No contexto do 4º parágrafo, o segmento *conceito que a substitui sem perdas* deve ser entendido mais explicitamente como:
- (A) A dignidade é substituída, sem perdas, pelo conceito de autonomia do paciente.
- (B) A dignidade substitui, sem perdas, o conceito de autonomia do paciente.
- (C) A autonomia do paciente deve ser substituída, sem perdas, pela dignidade dele.
- (D) Substituem-se, sem perdas, tanto o conceito de dignidade como o de autonomia do paciente.
- (E) A autonomia do paciente só será substituída sem perdas no caso de haver nele dignidade.
-
9. Atente para as seguintes frases:
- I. Seria ótimo que a Igreja Católica venha a escolher, no próximo ano, um tema tão importante como o que já elegera para a campanha da fraternidade deste ano.
- II. Se todas as religiões adotassem exatamente o mesmo sentido para o termo **dignidade**, este alcançaria o valor universal que cada uma delas postula.
- III. Quando viermos a nos entender quanto ao que fosse **dignidade**, esse termo poderia ser utilizado sem gerar tantas controvérsias.
- Ocorre adequada correlação entre os tempos e os modos verbais no que está em
- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.
-
10. A pontuação está plenamente adequada na seguinte frase:
- (A) O autor ainda que de modo respeitoso, não deixa de discordar de dom Odilo Scherer, que se pronunciou numa entrevista recente, a respeito da cobrança segundo ele inadmissível por serviços de saúde.
- (B) O autor, ainda que de modo respeitoso não deixa de discordar de dom Odilo Scherer, que se pronunciou, numa entrevista recente a respeito da cobrança, segundo ele inadmissível, por serviços de saúde.
- (C) O autor, ainda que, de modo respeitoso, não deixa de discordar de dom Odilo Scherer, que se pronunciou numa entrevista recente a respeito da cobrança, segundo ele inadmissível, por serviços de saúde.
- (D) O autor, ainda que de modo respeitoso, não deixa de discordar de dom Odilo Scherer, que se pronunciou, numa entrevista recente, a respeito da cobrança, segundo ele inadmissível, por serviços de saúde.
- (E) O autor, ainda que de modo respeitoso não deixa de discordar, de dom Odilo Scherer, que se pronunciou, numa entrevista, recente, a respeito da cobrança segundo ele, inadmissível, por serviços de saúde.

**Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático**

11. Na câmara dos deputados de um país, 37% dos deputados compõem a base de sustentação do governo, sendo o restante da oposição. Se 2 em cada 9 deputados da oposição passarem para o bloco governista, os deputados oposicionistas ficarão reduzidos a 294. Dessa forma, a base de sustentação do governo é atualmente composta por
- (A) 222 deputados.
(B) 240 deputados.
(C) 252 deputados.
(D) 259 deputados.
(E) 296 deputados.

12. Quando o usuário digita na tela um número positivo n , um programa de computador executa a seguinte sequência de operações:
- I. Soma 0,71 ao número n .
II. Extrai a raiz quadrada do resultado obtido em (I).
III. Multiplica o resultado obtido em (II) por 7,2.
IV. Escreve na tela o resultado obtido em (III).

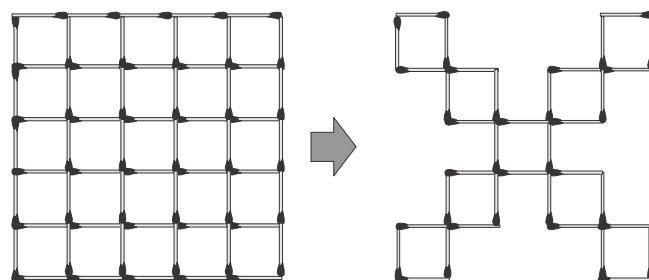
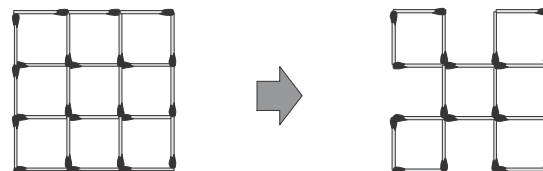
Após digitar na tela um número positivo, um usuário observou que esse programa escreveu na tela o número 15,12. O número digitado por esse usuário foi

- (A) 3,3.
(B) 3,4.
(C) 3,5.
(D) 3,6.
(E) 3,7.
13. Os Jogos Pan-americanos ocorrem de 4 em 4 anos, as eleições gerais na Índia ocorrem de 5 em 5 anos e o Congresso Internacional de Transportes a Cabo ocorre de 6 em 6 anos. Se esses eventos aconteceram em 1999, a próxima vez que os três voltarão a ocorrer num mesmo ano será em
- (A) 2119.
(B) 2059.
(C) 2044.
(D) 2029.
(E) 2023.

14. Um mecânico sabe que todo veículo de determinada marca, quando apresenta algum problema no sistema de freios, automaticamente aciona um bloqueio que impede que seja dada a partida no veículo. Dois veículos X e Y dessa marca foram levados à oficina desse mecânico com algum problema. No veículo X, a partida podia ser dada normalmente, mas no veículo Y ela estava bloqueada. A partir dessas informações, o mecânico concluiu que

- (A) tanto o veículo X quanto o veículo Y certamente apresentavam algum problema no sistema de freios.
(B) o veículo X podia ou não apresentar algum problema no sistema de freios, enquanto que o veículo Y certamente apresentava.
(C) o veículo X certamente não apresentava problema no sistema de freios, mas o veículo Y certamente apresentava.
(D) o veículo X certamente não apresentava problema no sistema de freios, enquanto que o veículo Y podia ou não apresentar.
(E) tanto o veículo X quanto o veículo Y certamente não apresentavam qualquer problema no sistema de freios.

15. Partindo de um quadriculado $n \times n$ formado por palitos de fósforo, em que n é um número ímpar maior ou igual a 3, é possível, retirando alguns palitos, obter um "X" composto por $2n-1$ quadrados. As figuras a seguir mostram como obter esse "X" para quadriculados 3×3 e 5×5 .



Seguindo o mesmo padrão dos exemplos acima, partindo de um quadriculado 9×9 , o total de palitos que deverão ser retirados para obter o "X" é igual a

- (A) 64.
(B) 96.
(C) 112.
(D) 144.
(E) 168.

**Noções de Gestão Pública**

16. A gestão de qualidade total aplicada a organizações do setor público deve priorizar, entre outras práticas,
- (A) a instituição de programas de treinamento voltados ao aperfeiçoamento de técnicas que melhorem a produtividade individual.
 - (B) a introdução do uso de metas numéricas, lemas, *slogans* e pôsteres para estimular a mão de obra a trabalhar melhor.
 - (C) o enxugamento de pessoal por meio da redução de níveis hierárquicos visando à redução de custos.
 - (D) a reestruturação, de forma radical, dos processos organizacionais visando a alcançar drásticas melhorias em indicadores críticos de desempenho em relação ao custeio.
 - (E) o rompimento de barreiras entre os departamentos, encorajando as soluções dos problemas por meio do trabalho em equipe.
-
17. O desenvolvimento da capacidade de governança aplicada às organizações públicas foca, principalmente,
- (A) o desenvolvimento de estratégias de fortalecimento da burocracia profissional, por meio da universalização dos concursos públicos, redução dos cargos comissionados e eliminação da terceirização na administração pública.
 - (B) as questões ligadas ao formato político-institucional dos processos decisórios, a definição do mix apropriado do público/privado nas políticas, a participação e a descentralização, assim como o escopo global dos programas.
 - (C) a reforma do regime político, reduzindo a necessidade de coalizões amplas de sustentação do governo e aperfeiçoamento de técnicas de planejamento estratégico na gestão dos programas ministeriais.
 - (D) a redução da máquina burocrática, especialmente nos níveis gerenciais, introduzindo métodos de contratação de gestores semelhantes aos da iniciativa privada.
 - (E) a introdução da gestão por resultados, a redução dos níveis hierárquicos e maior autonomia gerencial para os níveis operacionais, responsáveis pela implementação dos programas governamentais.
-
18. O tipo de cultura organizacional que predomina na administração pública burocrática é a cultura
- (A) do poder.
 - (B) da tarefa.
 - (C) dos papéis.
 - (D) da pessoa.
 - (E) do resultado.
-
19. Para focalizar adequadamente os objetivos da organização, quando esta utiliza o método do planejamento estratégico, o gestor deve, primeiramente,
- (A) analisar as oportunidades e ameaças ambientais, assim como as potencialidades e vulnerabilidades internas da organização.
 - (B) definir o ambiente de tarefa, incluindo os usuários dos serviços, os fornecedores, os concorrentes e os órgãos reguladores.
 - (C) realizar uma análise detalhada das condições estruturais da organização, especialmente seus recursos financeiros, tecnológicos e humanos.
 - (D) motivar os colaboradores a implementar as mudanças necessárias para tornar viável o planejamento estratégico, especialmente no nível operacional.
 - (E) selecionar e treinar uma equipe qualificada para trabalhar alinhada ao planejamento estratégico e treinar suas lideranças para garantir o sucesso do projeto.
-
20. A concepção de gestão por competências pressupõe a focalização prioritária nas competências
- (A) educacionais.
 - (B) individuais.
 - (C) gerenciais.
 - (D) essenciais.
 - (E) funcionais.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

Atenção: Considere o relato a seguir para responder às questões de números 21 e 22.

O Congresso Nacional promulgou, em agosto de 2006, a Lei nº 11.340, conhecida por "Lei Maria da Penha", a qual criou mecanismos para proteger a mulher que é vítima de violência doméstica e familiar. Em fevereiro de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente a Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 19 (ADC-19) para declarar a constitucionalidade de dispositivos da referida lei, o que trouxe ainda mais força para sua aplicação.

21. O princípio constitucional, relacionado aos direitos fundamentais, que embasa a "Lei Maria da Penha", permitindo que a mulher receba um tratamento jurídico preferencial em relação ao homem nas situações de violência doméstica e familiar, é o da
- (A) função social da propriedade.
 - (B) liberdade individual.
 - (C) igualdade material.
 - (D) inviolabilidade domiciliar.
 - (E) segurança jurídica.

22. Segundo a Constituição Federal, a decisão proferida na ADC-19 produzirá
- (A) eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
 - (B) súmula vinculante, a qual, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá aplicação obrigatória para os demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e para a administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
 - (C) comprovado prequestionamento, com efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
 - (D) autêntica repercussão geral da questão, a qual avocará para o Supremo Tribunal Federal o julgamento de mérito das demais ações que versam sobre a constitucionalidade da "Lei Maria da Penha".
 - (E) reconhecida controvérsia judicial sobre o tema, a qual poderá ser utilizada como precedente jurisprudencial não vinculante na defesa da constitucionalidade da "Lei Maria da Penha" nos juízos de primeira instância e nos Tribunais.

23. Alfredo, Prefeito de um determinado Município, com trinta e cinco anos de idade, é irmão de um Deputado Federal e deseja concorrer para o pleito de Senador Federal. Neste caso, Alfredo
- (A) não poderá participar das eleições, pois incide em um caso de inelegibilidade reflexa, pelo fato de seu irmão ser Deputado Federal.
 - (B) poderá participar das eleições e não precisará renunciar ao mandato de Prefeito, pelo fato de não estar concorrendo à reeleição.
 - (C) poderá participar das eleições, desde que seu irmão renuncie ao mandato de Deputado Federal até seis meses antes do pleito.
 - (D) poderá participar das eleições, desde que renuncie ao mandato de Prefeito até seis meses antes do pleito.
 - (E) não poderá participar das eleições, pelo fato de não possuir idade suficiente para se eleger Senador.

24. Em relação às competências no âmbito da organização político-administrativa do Estado Brasileiro, é correto asseverar que a União
- (A) possui competência legislativa privativa, a qual não pode ser delegada aos Estados, ao Distrito Federal e nem aos Municípios.
 - (B) é dotada de competência administrativa remanescente ou residual para suprir a inércia legislativa dos Estados e Municípios.
 - (C) pode avocar uma competência estadual ou municipal sempre que o interesse público exigir.
 - (D) suplementa a atuação dos Estados e Municípios quando exerce a competência legislativa concorrente.
 - (E) possui competência comum, juntamente com Estados, Distrito Federal e Municípios, para fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.



25. Nas infrações penais comuns, o Presidente da República será submetido a julgamento perante o
- (A) Supremo Tribunal Federal, não sendo necessária prévia autorização da Câmara dos Deputados.
 - (B) Supremo Tribunal Federal, desde que a Câmara dos Deputados admita a acusação contra ele, por dois terços de seus membros.
 - (C) Senado Federal, desde que a Câmara dos Deputados admita a acusação contra ele, por dois terços de seus membros.
 - (D) Senado Federal, não sendo necessária prévia autorização da Câmara dos Deputados.
 - (E) Senado Federal, desde que a Câmara dos Deputados admita a acusação contra ele, por três quintos de seus membros.
-

Direito Administrativo

26. João, servidor público da Administração direta federal, teve indeferido por seu superior hierárquico pedido de licença para tratamento de saúde. Diante do que considerou um ato arbitrário e entendendo estarem presentes os pressupostos legais para a concessão da licença, com base na Lei nº 8.112/90,
- (A) deverá impugnar o ato judicialmente, observado o prazo prescricional de 120 dias, eis que descabe recurso administrativo para a situação em questão.
 - (B) poderá interpor recurso diretamente perante a autoridade superior àquela que praticou o ato, no prazo de 30 dias, a contar da publicação ou ciência da decisão, descabendo pedido de reconsideração.
 - (C) poderá solicitar a reconsideração do ato pela autoridade que o praticou, no prazo de 30 dias, a contar da publicação ou ciência da decisão.
 - (D) poderá apresentar pedido de reconsideração perante a autoridade que praticou o ato, no prazo de 15 dias, a contar da publicação ou ciência da decisão, apenas se apresentar novas razões de fato ou de direito para sustentar o pleito.
 - (E) poderá impugnar o ato administrativa ou judicialmente, neste último caso apenas na hipótese de esgotar as instâncias administrativas e observado o prazo prescricional de 5 anos.
-
27. Empresa concessionária de transporte público urbano passou a prestar o serviço de forma deficiente, sem regularidade e descumprindo obrigações contratuais. Diante dessa situação, o Poder Concedente
- (A) poderá revogar a concessão, dada a sua natureza precária.
 - (B) poderá encampar o serviço, com vistas a sua continuidade, sem necessidade de lei autorizativa.
 - (C) deverá decretar a intervenção, mediante autorização legal prévia, com vistas a reestabelecer a regularidade dos serviços.
 - (D) poderá declarar a caducidade da concessão ou aplicar as sanções previstas no contrato de concessão.
 - (E) poderá decretar a caducidade, desde que comprove razões de interesse público determinantes para a retomada dos serviços.
-
28. A respeito dos atos de improbidade administrativa é correto afirmar que
- (A) podem ter como sujeito passivo entidade para cuja criação ou custeio o erário concorra com menos de 50%, limitando-se, nesse caso, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre os cofres públicos.
 - (B) pressupõem, para aplicação de sanções pecuniárias previstas na lei específica, cumulativamente, a ocorrência de prejuízo ao erário, enriquecimento ilícito e violação aos princípios da Administração pública.
 - (C) possuem como sujeito ativo agentes públicos ou agentes políticos, exclusivamente, e como sujeito passivo entidades da Administração direta e indireta de todos os Poderes.
 - (D) pressupõem, para aplicação das penalidades previstas na legislação própria, conduta comissiva com enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário e vínculo funcional ou eletivo do sujeito ativo com o poder público.
 - (E) são aqueles praticados contra o patrimônio público ou de entidades que recebam recurso ou subvenção pública, desde que em montante superior a 50% do capital ou custeio.
-
29. Constitui exemplo do poder disciplinar da Administração pública
- (A) a imposição de restrições a atividades dos cidadãos, nos limites estabelecidos pela lei.
 - (B) a imposição de sanção a particulares que contratam com a Administração.
 - (C) a edição de atos normativos para ordenar a atuação de agentes e órgãos administrativos.
 - (D) a edição de regulamentos para a fiel execução da lei.
 - (E) o poder conferido às autoridades de dar ordens a seus subordinados e rever seus atos.
-



30. A revogação de um ato administrativo válido e eficaz é
- (A) inconstitucional, em face do princípio da segurança jurídica e do ato jurídico perfeito.
 - (B) possível apenas por decisão judicial e desde que não decorrido o prazo decadencial.
 - (C) possível, por ato motivado da Administração ou por decisão judicial, ressalvados os direitos adquiridos.
 - (D) lícita, apenas se comprovada a superveniência de circunstância de fato ou de direito que enseje vício de legalidade.
 - (E) prerrogativa da Administração, fundada em razões de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Direito do Trabalho

31. Quanto à relação de emprego e às relações de trabalho *"lato sensu"*, é INCORRETO afirmar:
- (A) Trabalho autônomo é aquele em que o trabalhador exerce as suas atividades por conta e risco próprios, sem subordinação com o seu contratante.
 - (B) Trabalho eventual é aquele prestado ocasionalmente, para realização de determinado evento, em que o trabalhador, em regra, desenvolve atividades não coincidentes com os fins normais da empresa contratante, não se fixando a uma fonte de trabalho.
 - (C) Trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física a uma empresa, por prazo curto, para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou o acréscimo extraordinário de serviços, com intermediação de empresa de trabalho temporário.
 - (D) Trabalho avulso é aquele em que o trabalhador presta serviços de curta duração para distintos beneficiários, com intermediação de terceira entidade com quem mantém vínculo de emprego nos termos da CLT, mas não se igualando em direitos com os trabalhadores com vínculo empregatício permanente.
 - (E) Relação de emprego é aquela em que pessoa física presta serviços de natureza não eventual e de forma pessoal a empregador, sob a dependência e subordinação deste, mediante salário.
-
32. A Consolidação das Leis do Trabalho estipula que o contrato de trabalho poderá ser ajustado por prazo determinado ou indeterminado. Conforme previsão legal, em relação à duração é INCORRETO afirmar:
- (A) Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada.
 - (B) O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando: de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo; de atividades empresariais de caráter transitório; de contrato de experiência.
 - (C) O contrato de experiência não poderá exceder de 90 (noventa) dias e poderá ser prorrogado por até três vezes, de 30 (trinta) dias cada uma, sem que passe a vigorar sem determinação de prazo, por respeitar-se o limite máximo previsto anteriormente.
 - (D) Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 6 (seis) meses, a outro contrato por prazo determinado, salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.
 - (E) O contrato por prazo determinado nas modalidades de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo e de atividades empresariais de caráter transitório não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos.
-
33. Conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, em se tratando de alteração, suspensão e da interrupção do contrato de trabalho, é correto afirmar:
- (A) Não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.
 - (B) Nos contratos individuais de trabalho é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, ainda que resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, diante do caráter bilateral do pacto.
 - (C) Em caso de necessidade de serviço, o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, ficando obrigado a pagamento suplementar nunca inferior a 30% (trinta por cento) dos salários que recebia, enquanto durar esta situação.
 - (D) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por 1 (um) dia, em cada 6 (seis) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.
 - (E) O empregado que for aposentado por invalidez terá interrompido o seu contrato de trabalho durante o prazo fixado pelas leis de previdência social para a efetivação do benefício.



34. Por razões de interesse econômico, os proprietários da empresa Tetra Serviços Ltda. transferiram o negócio para terceiros. Houve alteração da razão social, mas não ocorreu alteração de endereço, do ramo de atividades, nem de equipamentos. Manteve-se o mesmo quadro de empregados. Tal situação caracterizou a sucessão de empregadores. Neste caso, quanto aos contratos de trabalho dos empregados da empresa sucedida,
- (A) a transferência de obrigações depende das condições em que a sucessão foi pactuada.
 - (B) as obrigações anteriores recairão sobre a empresa sucedida, e as posteriores sobre a sucessora.
 - (C) todas as cláusulas e condições estabelecidas no contrato de trabalho deverão ser repactuadas entre os empregados e o novo empregador.
 - (D) serão automaticamente extintos, fazendo surgir novas relações contratuais.
 - (E) os contratos de trabalho se manterão inalterados e seguirão seu curso normal.
-
35. Em relação às férias anuais, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, o
- (A) empregador é obrigado a conceder férias aos membros de uma mesma família que trabalhem na mesma empresa, em idêntico período, para possibilitar a integração familiar, independentemente de prejuízo que vier a ser causado ao serviço.
 - (B) período da concessão das férias será o que melhor consulte os interesses do empregado em razão do princípio da proteção ao trabalhador.
 - (C) prazo prescricional para reclamar as férias conta-se do término do período concessivo ou da cessação do contrato de trabalho.
 - (D) empregado não terá direito a férias, caso no curso do período aquisitivo permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 60 (sessenta) dias.
 - (E) pagamento da remuneração das férias ou do abono pecuniário será efetuado até 15 (quinze) dias antes do início do respectivo período de gozo.
-
36. Em relação ao salário e remuneração do empregado, conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho é INCORRETO afirmar:
- (A) O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a 1 (um) mês, salvo no que concerne a comissões, percentagens e gratificações.
 - (B) Para efeitos de cálculo de remuneração, considera-se gorjeta somente aquela que for cobrada pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título, e destinada à distribuição aos empregados, não sendo considerada a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado.
 - (C) Quando o pagamento houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado, o mais tardar, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.
 - (D) Os uniformes utilizados pelos vendedores de lojas de departamento para facilitar a sua identificação pelo cliente se constituem em utilidades concedidas pelo empregador sem natureza salarial.
 - (E) O transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público é considerada utilidade sem natureza salarial.
-
37. Marcus trabalhou por dois anos na empresa Metalúrgica Beta, exercendo as funções de reparador de máquinas. Durante o contrato nunca utilizou Equipamentos de Proteção Individual – EPI's. Em seu ambiente de trabalho, Marcus esteve submetido a agentes físicos (ruídos acima dos limites de tolerância estabelecidos pelas normas próprias) e químicos (manuseio de graxas e óleos minerais sem a devida proteção) nocivos à saúde. Nesta situação, conforme regras contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, Marcus poderá pleitear em Juízo, após a realização de prova pericial técnica, o pagamento de adicional de
- (A) penosidade no percentual de 30% do salário contratual.
 - (B) insalubridade no percentual de 10%, 30% ou 40% do salário contratual.
 - (C) periculosidade no percentual de 30% sobre o salário contratual.
 - (D) insalubridade no percentual de 10%, 20% ou 40% do salário mínimo.
 - (E) periculosidade no percentual 10%, 20% ou 40% do salário mínimo.
-
38. Venus trabalha há quatro meses na Clínica Médica Celta, exercendo as funções de secretária-recepcionista. Durante esse período, a empregada faltou por 25 dias alternados, sem apresentar justificativa legal para estas ausências. Nos dias em que compareceu ao trabalho, Venus frequentemente chegou com alguns minutos de atraso, bem como se esqueceu de agendar duas consultas, sofrendo advertências verbais e por escrito, além de duas suspensões. Nesta situação, a atitude da empregada enseja a rescisão do contrato por justa causa por
- (A) abandono de emprego.
 - (B) ato de insubordinação.
 - (C) ato de indisciplina.
 - (D) ato de improbidade.
 - (E) desídia no desempenho das funções.

**Direito Processual do Trabalho**

39. Em relação aos atos, termos e prazos processuais, a Consolidação das Leis do Trabalho prevê que
- (A) os atos processuais serão públicos salvo quando o contrário determinar o interesse público, e realizar-se-ão nos dias úteis das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas.
 - (B) os atos processuais serão públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
 - (C) os prazos processuais contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento.
 - (D) a penhora poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, prescindindo de autorização judicial.
 - (E) os prazos que vencerem na sexta, sábado, domingo ou feriado, terminarão no primeiro dia útil seguinte.
-
40. Zeus, com domicílio em Recife, passou por seleção e foi contratado na cidade de Salvador, sede da empresa XPTO Empreendimentos, para a função de assistente contábil. Durante todo o seu contrato Joaquim trabalhou no município de Fortaleza, sendo dispensado após dois anos de contrato, sem receber suas verbas rescisórias. Conforme regras da Consolidação das Leis do Trabalho relativas à competência territorial para propositura de ação trabalhista, Zeus deve propor a reclamatória trabalhista para receber seus haveres em
- (A) Recife, porque é o domicílio do autor.
 - (B) Salvador, porque é o local da sua contratação.
 - (C) Salvador, porque é a sede do réu.
 - (D) Fortaleza, porque é o local da prestação dos serviços.
 - (E) qualquer dos três municípios, porque depende do foro de eleição.
-
41. Conforme determinações contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, quanto ao processo judiciário do trabalho é INCORRETO afirmar:
- (A) Os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação.
 - (B) Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas processuais do trabalho contidas na CLT.
 - (C) Os municípios e respectivas autarquias e fundações públicas que não explorem atividade econômica não estão isentos do pagamento de custas caso sejam vencidos na demanda trabalhista.
 - (D) Nos dissídios individuais e nas ações e procedimentos de competência da Justiça do Trabalho, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% (dois por cento), observado o mínimo de R\$ 10,64 e serão calculadas quando houver acordo ou condenação, sobre o respectivo valor.
 - (E) As custas serão pagas pelo vencido, após o trânsito em julgado da decisão, sendo que no caso de recurso, as custas serão pagas e será comprovado o recolhimento dentro do prazo recursal.
-
42. Com base nas regras do processo do trabalho aplicáveis as partes e procuradores, a substituição e representação processuais, é correto afirmar:
- (A) Os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final.
 - (B) Nos dissídios coletivos é obrigatória aos interessados a assistência por advogado.
 - (C) A constituição de procurador com poderes para o foro em geral somente poderá ser efetivada, mediante instrumento de procuração, não valendo o simples registro em ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado, com anuência da parte representada.
 - (D) Nos dissídios individuais os empregados e empregadores não poderão fazer-se representar por intermédio do sindicato, valendo tal situação apenas para os dissídios coletivos.
 - (E) A reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita apenas pela Procuradoria da Justiça do Trabalho ou pelo sindicato.
-
43. Conforme legislação específica em relação às audiências trabalhistas, o comparecimento das partes e as consequências de suas ausências, é INCORRETO afirmar:
- (A) As audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas como regra, sendo que o juiz manterá a ordem nas audiências, podendo mandar retirar do recinto os assistentes que a perturbarem.
 - (B) Nas audiências trabalhistas é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o proponente.
 - (C) Se por doença ou qualquer outro motivo, devidamente comprovado, não for possível ao empregado comparecer pessoalmente na audiência, poderá fazer-se representar por outro empregado que pertença à mesma profissão, ou pelo seu sindicato.
 - (D) O não comparecimento do reclamado à primeira audiência designada como Una importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.
 - (E) O não comparecimento do reclamante à primeira audiência designada como Una importa na confissão quanto à matéria fática, não ocorrendo o arquivamento da ação.



44. Conforme regras contidas na Consolidação das Leis do Trabalho sobre procedimento sumaríssimo, é INCORRETO afirmar:
- (A) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
 - (B) Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
 - (C) As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.
 - (D) Sobre os documentos apresentados por uma das partes manifestar-se-á imediatamente a parte contrária, sem interrupção da audiência, salvo absoluta impossibilidade, a critério do juiz.
 - (E) Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado, sob pena de arquivamento da reclamação.
-
45. Em relação à execução trabalhista, conforme regras contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar:
- (A) Os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia são considerados títulos executivos extrajudiciais e serão executados pela forma estabelecida pela CLT.
 - (B) A execução poderá ser promovida por qualquer interessado, reclamante ou reclamado, mas não poderá ser promovida *ex officio* pelo próprio Juiz competente.
 - (C) Requerida a execução, o Juiz mandará expedir mandado de citação do executado, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 05 (cinco) dias ou garanta a execução, sob pena de penhora.
 - (D) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 10 (dez) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
 - (E) Nas prestações sucessivas por tempo determinado, a execução pelo não pagamento de uma prestação não compreenderá as que lhe sucederem.
-

Direito Civil

46. Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia, depois de oficialmente publicada, em
- (A) três meses.
 - (B) noventa dias.
 - (C) um mês.
 - (D) trinta dias.
 - (E) quarenta e cinco dias.
-
47. Cessa a incapacidade para os menores
- (A) somente pelo casamento.
 - (B) pelo exercício de cargo público de provimento em comissão.
 - (C) com 14 anos completos, se tiver emprego, ainda que como aprendiz, mas desde que tenha economia própria.
 - (D) somente pela emancipação, concedida pelos pais e desde que homologada pelo Juiz.
 - (E) pela existência de relação de emprego, desde que, em função dele, o menor com 16 anos completos tenha economia própria.
-
48. São pessoas jurídicas de direito público interno
- (A) as fundações.
 - (B) as autarquias.
 - (C) somente os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.
 - (D) as sociedades de economia mista.
 - (E) as empresas públicas.
-
49. Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á seu domicílio
- (A) o lugar em que a pessoa for encontrada.
 - (B) a residência de maior valor.
 - (C) qualquer daquelas residências.
 - (D) a residência que tiver adquirido a mais tempo.
 - (E) a residência que tiver adquirido a menos tempo.
-



50. São benfeitorias úteis

- (A) as que aumentam ou facilitam o uso do bem.
- (B) as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.
- (C) as de deleite ou recreio, embora não aumentem o uso habitual.
- (D) somente aquelas que, sem aumentar o uso habitual, tornem mais agradável o bem.
- (E) as indispensáveis à conservação do bem.

Direito Processual Civil

51. No processo civil, a incompetência absoluta

- (A) não pode ser conhecida de ofício pelo Juiz.
- (B) deve ser alegada mediante exceção.
- (C) só pode ser reconhecida pelo Juiz, não cabendo à parte deduzi-la.
- (D) pode ser alegada em preliminar de contestação.
- (E) se não for alegada no prazo da contestação, fica preclusa sua arguição no processo.

52. A ação rescisória pode ser proposta em

- (A) cinco anos, contados do arquivamento definitivo dos autos.
- (B) dois anos, contados do trânsito em julgado da sentença de mérito.
- (C) dois anos, contados do trânsito em julgado das sentenças terminativas.
- (D) cinco anos, contados do julgamento do último recurso no processo.
- (E) dois anos, contados do julgamento do último recurso no processo, caso tenha sido conhecido.

53. Extingue-se o processo sem resolução do mérito

- (A) quando as partes transigirem.
- (B) se o Juiz rejeitar integralmente o pedido do autor.
- (C) pela convenção de arbitragem.
- (D) se o Juiz pronunciar a prescrição ou decadência.
- (E) se o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação ou o réu reconhecer a procedência do pedido.

54. No cumprimento de sentença, o devedor condenado ao pagamento de quantia certa

- (A) será citado para efetuar o pagamento em 24 horas ou nomear bens à penhora, instaurando-se novo processo, pela execução.
- (B) poderá impugná-lo, alegando, apenas, causa extintiva da obrigação posterior ao trânsito em julgado da sentença.
- (C) poderá impugná-lo, alegando nulidade da citação no processo de conhecimento, ainda que ele não tenha corrido à revelia.
- (D) não poderá impugná-lo, salvo se o processo de conhecimento tiver corrido à revelia.
- (E) deverá efetuar o pagamento no prazo de 15 dias, independentemente de intimação pessoal.

55. Cabe sequestro

- (A) nos mesmos casos em que tem lugar o arresto.
- (B) quando o devedor, que possui bens de raiz, intenta aliená-los ou hipotecá-los, sem ficar com algum livre equivalente às dívidas.
- (C) quando o devedor, que tem domicílio certo, se ausenta ou tenta ausentar-se furtivamente.
- (D) de bens móveis, semoventes ou imóveis, quando lhes for disputada a propriedade ou a posse, havendo fundado receio de rixas e danificações.
- (E) quando o devedor sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado.

**Noções de Direito Previdenciário**

56. A Constituição Federal brasileira atribui ao Poder Público a organização da Seguridade Social com base em objetivos que a doutrina entende como verdadeiros princípios. NÃO fazem parte destes objetivos ou princípios:
- (A) universalidade da cobertura e do atendimento.
 - (B) equidade na forma de participação no custeio.
 - (C) irredutibilidade do valor dos benefícios.
 - (D) unicidade da base de financiamento.
 - (E) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
-
57. Em relação à saúde e à assistência social, está previsto na Constituição Federal brasileira que
- (A) a assistência social será prestada a quem dela necessitar, mantendo relação direta com a contribuição à seguridade social.
 - (B) as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.
 - (C) as instituições privadas não poderão participar, ainda que de forma complementar, do sistema único de saúde.
 - (D) as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do tesouro nacional, sendo vedada a destinação de recursos do orçamento da seguridade social para tais fins.
 - (E) há vinculação de receita mínima anual para ações e serviços públicos de saúde apenas para União, Estados e Distrito Federal.
-
58. Nos termos da Lei nº 8.213/1991, NÃO são beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:
- (A) os seus pais.
 - (B) o seu irmão inválido de 30 anos.
 - (C) o seu irmão não emancipado menor de 21 anos.
 - (D) o companheiro que mantém união estável.
 - (E) o enteado menor ainda que não comprovada a dependência econômica do segurado.
-
59. Quanto aos dependentes, são consideradas prestações previdenciárias compreendidas pelo Regime Geral de Previdência Social:
- (A) aposentadoria por invalidez e auxílio-doença.
 - (B) auxílio-reclusão e aposentadoria por tempo de contribuição.
 - (C) pensão por morte e aposentadoria especial.
 - (D) auxílio-reclusão e pensão por morte.
 - (E) aposentadoria por idade e auxílio-doença.
-
60. Analisando-se as normas constitucionais relativas à inativação e pensões dos servidores públicos civis da União é INCORRETO afirmar:
- (A) serão aposentados compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
 - (B) serão aposentados voluntariamente, desde que cumprido o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas condições quanto à idade mínima ou tempo de contribuição.
 - (C) por meio de lei complementar poderá ser estabelecida forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
 - (D) os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
 - (E) o tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

**DISCURSIVA – REDAÇÃO**

Atenção: Na Prova Discursiva – Redação, a folha para rascunho é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora.

A Declaração de Chapultepec é uma carta de princípios e coloca “uma imprensa livre como uma condição fundamental para que as sociedades resolvam os seus conflitos, promovam o bem-estar e protejam a sua liberdade. Não deve existir nenhuma lei ou ato de poder que restrinja a liberdade de expressão ou de imprensa, seja qual for o meio de comunicação”. O documento foi adotado pela Conferência Hemisférica sobre Liberdade de Expressão realizada em Chapultepec, na cidade do México, em 11 de março de 1994.

([http://www.anj.org.br/programas-e-acoes/liberdade-de-imprensa/declaracao-de-chapultepec](http://www.anj.org.br/programas-e-acoaes/liberdade-de-imprensa/declaracao-de-chapultepec))

Ainda que o Brasil tenha assinado a declaração em 1996 e renovado o compromisso em 2006, não é incomum a defesa de que limites deveriam ser impostos à liberdade de imprensa, mas até que ponto isso poderia ser feito sem prejuízo da liberdade de expressão e do direito à informação?

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

Liberdade de imprensa, desenvolvimento da sociedade e direitos individuais

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |